

CIBÁE MODOJEBÁDO – A ROSA BORORO E A “PACIFICAÇÃO” DOS BORORO COROADO (1845 - 1887) .

Marli Auxiliadora de Almeida

Prof^a. da Universidade Estadual de Mato Grosso - UNEMAT

O estudo que apresentamos neste XXII Simpósio Nacional de História, promovido pela Associação Nacional de História – ANPUH, é resultado de nossa pesquisa sobre a participação da índia Bororo Cibáe Modojobádo - a Rosa Bororo - na “pacificação” de seus irmãos Coroado, que habitavam a região do Alto e Baixo rio São Lourenço, no contexto da política indigenista imperial desenvolvida na Província de Mato Grosso entre os anos de 1845 e 1887.

A história de contato entre os Bororo e os agentes colonizadores inicia-se com a chegada dos bandeirantes ao território hoje denominado de mato-grossense. No Setecentos esses mamelucos paulistas se utilizaram de contingentes de Bororo como guerreiros nas lutas contra outros grupos indígenas e na ocupação de seus territórios, ocasionando a dispersão, divisão e depopulação do grupo indígena Bororo.

Após a divisão dos Bororo em três subgrupos - da Campanha, Cabaçal e Coroado -, o procedimento de guerra utilizado pelas autoridades mato-grossenses, representadas por proprietários de terras, presidentes da província e diretor-geral dos índios, resultou na “pacificação” dos Bororo da Campanha e Cabaçal.

Na segunda metade do século XIX, dentre os subgrupos Bororo, apenas os Coroado resistiam ao contato. Na descrição do diretor-geral dos índios podemos perceber a classificação dos Coroado:

Bororo Coroado – habitavam as cabeceiras de diversos galhos do rio São Lourenço. Poucas e exatas são as notícias que temos do seu número, de sua índole e dos seus usos, pois não se relacionam com os nossos moradores e viandantes, e para hostilizá-los tais disposições e dominado por sua situação, as estradas que vão desta cidade para Goiás e para São Paulo, os Coroados tornariam as mesmas estradas intransitáveis para os cristãos se não fosse o sentimento de covardia comum a quase todas as nações indígenas, que faz com que raríssimas vezes acometam rastros descobertos ou expostos a sua vida ao menor risco. Os mesmos índios chegam a cometer estragos matando e com incendiando até em sítios do termo desta cidade e distância dela menos de vinte léguas¹.

A descrição dos Coroado nesse relatório demonstra a situação de indígenas que realizavam “correias”, tanto nas estradas próximas a suas aldeias como no Termo do Cuiabá, investindo contra

viandantes e fazendeiros, atitudes que justificavam, do ponto de vista governamental, a necessidade de aldear esses índios, conforme instruíra o Regulamento das Missões de 1845.

Apesar de o Regulamento estabelecer a “brandura” como estratégia de contato, o combate armado aos Coroados continuava, uma vez que as autoridades governamentais não logravam organizar este subgrupo em aldeias, conforme determinava a Lei Imperial.

Ademais, o território desse subgrupo servia como ponto de passagem em um projeto de construção de uma ferrovia que ligava Cuiabá ao Rio de Janeiro, via São Paulo, em 1876, o que reforçava a necessidade de aldeamento.

Dessa forma, ante a necessidade de adequar os Coroados à sociedade “civilizada” e de considerar a legislação indigenista, os representantes provinciais se viram obrigados a substituir o contato por intermédio de bandeiras pelo método da persuasão, que levará ao processo de “pacificação” deste subgrupo em 1886, o que se tornou possível pelo uso de alguns índios Coroados, como Cibáé Modojobádo, a Rosa Bororo, que apresentaremos nesta comunicação.

O contato entre os Coroados e as autoridades governamentais da província era marcado pela utilização de armas, porém, nas expedições de 1880 e 1886 novas estratégias começaram a ganhar visibilidade.

O Presidente da Província Rufino Énéas Galvão, o Barão de Maracajú, que havia assumido o cargo em 1879, solicitou do governo imperial, considerando a possibilidade do contato através da catequese e não mais pela guerra, o envio de seis missionários franciscanos para a província, mas obteve resposta negativa.

Diante da necessidade de solucionar o conflito com os Coroados, uma vez que as queixas com relação às “correrias” continuavam, o Presidente Maracajú organizou, em 1880, duas expedições para a região do rio São Lourenço, visando combater esse subgrupo: uma partiu da Colônia Militar de São Lourenço e outra de Cuiabá. *A que partiu da colônia militar de São Lourenço* – comandada pelo diretor da mesma colônia militar, major Jorge Lopes da Costa Moreira - *afugentou para longe os índios Coroados. A que foi ao Alto São Lourenço* – comandada pelo alferes Antonio Duarte – *fez o mesmo aos índios daquela grande tribo*².

Apesar de constar no relatório que os Coroados foram apenas “afugentados”, em um ofício datado de 1887, enviado pelo Diretor-Geral dos Índios Thomaz Antonio de Miranda, ao Presidente da Província José Joaquim Ramos Ferreira aparece a notícia de que as expedições de 1880 resultaram no aprisionamento de nove indígenas Coroados, dentre eles Cibáé Modojobádo.

Neste documento, Miranda citou o contato bem sucedido com os indígenas, dizendo que o método poderia servir de modelo para levar a efeito a catequese dos índios Maibiri, ligados aos Cabixi, que à época hostilizavam os habitantes do Distrito de Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade):

A V. Excia, não é estranho que há anos, há muitos anos, os nossos lavradores e fazendeiros eram vítimas das correrias dos Coroados, contra os quais expedição – forças armadas para afugentá-los das imediações dos povoados, e essas forças conseguiram apreender algumas índias e crianças. Em 1881, quando se recolheram, as forças expedidas pelo então presidente – Visconde de Maracajú, trouxeram algumas prisioneiras, das quais tomei uma índia, que fiz batizar com o nome Rosa, e depois de quase cinco anos em meu poder e preparada completamente para o fim que tinha em vista, fiz seguir acompanhada de algumas outras para o sertão, como intérpretes, para aliarem os índios bravos de sua tribo, e trazendo em resultado a submissão total dessa numerosa nação³.

Após ser aprisionada com suas duas filhas, Cibáe Modojobádo foi trazida a Cuiabá no início de 1881 e adotada pela família de Thomaz Antonio de Miranda.

A cerimônia de transformação de Cibáe em Rosa aconteceu na paróquia do Bom Jesus de Cuiabá, no mês de maio de 1882, onde recebeu, juntamente com suas filhas Rita e Rosália, nomes cristãos, depois de batizadas e apadrinhadas por representantes de autoridades provinciais, como o Diretor-Geral dos Índios e sua esposa.

Este acontecimento revela a estrutura da política indigenista, que pretendia trazer indivíduos mulheres de grupos considerados “selvagens” para o seu meio social, colonizá-los e, a partir daí, realizar a chamada “pacificação”. Assim, o “pacificado” receberia um nome e educação de “civilizado”, proporcionando o pagamento, por parte do Estado, de um soldo à família que o acolhera.

Rosa permaneceu durante cinco anos com a família do Diretor-Geral dos Índios, sendo preparada para servir de intérprete nas expedições de contato, organizadas em 1886.

As expedições de 1886 foram ordenadas pelo então Presidente Joaquim Galdino Pimentel e comandadas pelo alferes Antonio José Duarte. A primeira partiu de Cuiabá no dia 2 de abril, seguindo o trajeto fluvial. Saindo do Cuiabá, tomava o São Lourenço, até chegar às aldeias dos Coroado, situadas exatamente às margens deste rio. A estratégia que Duarte pôs em prática consistia em chegar próximo às aldeias e *soltar os índios Coroados que levava consigo no sertão, e esperar pelo resultado da catequese que iam promover*. O alferes ainda acrescentou: *Além de brindes para os selvagens levava como medianeiras seis índias e um índio daquela tribo de índio, que há tempo tinham sido aprisionados e viviam entre nós já afeitos aos costumes da vida civilizada*⁴.

Vemos, pois, que Duarte levava consigo não apenas Rosa, mas todas as índias e um índio Coroado que havia capturado nas expedições que comandou nos anos de 1880 e 1881, que provavelmente também foram tutelados e batizados por famílias cuiabanas.

A nosso ver, o detalhe mais significativo das ações conduzidas para esse processo foi o registrado por João Augusto Caldas que, como cadete forriell, também compunha aquela expedição: *As índias – escreveu ele – para entrar no aldeamento despiram-se de toda a roupa e pintaram-se de vermelho de urucum a moda dos seus*⁵. Ou seja, dentre as estratégias usadas por Duarte estava aquela de fazer com que as índias, que já atendiam por nomes ocidentais, se despissem e pintassem seus corpos com desenhos correspondentes aos clãs a que pertenciam, como forma de serem reconhecidas pelos seus e, então, mais facilmente atraí-los aos conquistadores.

O resultado dessa primeira investida foi o aprisionamento de vinte e oito Coroado, que foram trazidos para a capital da província, Cuiabá, no dia 24 de junho de 1886. Esses indígenas também foram batizados e receberam nomes escolhidos por seus padrinhos, ocupantes de cargos políticos e suas respectivas esposas, inclusive incorporando o sobrenome dessas famílias.

Passada a euforia provocada pelo sucesso dessa primeira expedição, Galdino Pimentel, com o objetivo de “pacificar” um número mais significativo de Coroado, determinou ao alferes Duarte, em agosto de 1886, que voltasse à região de São Lourenço, dessa vez com uma força mais numerosa: 44 praças e 47 índios Coroado. O alferes Duarte utilizou nomes portugueses para identificar os sete índios, como Amélia, Mariana, Duarte e outros. Rosa também compunha a expedição, inclusive com o sobrenome da família que a tutelou – Rosa de Miranda.

Após terem acampado à margem direita do rio São Lourenço, o alferes Duarte *recomendou às índias Amélia e Mariana e ao índio Duarte que internassem para o centro, a fim de empregarem os meios de conduzir a sua presença os selvagens ali aldeados*⁶. Repetindo o êxito, este grupo trouxe mais sessenta e oito índios, que foram recebidos por Duarte, e presenteados com diversos brindes, tais como roupas e refeições.

Nos dias seguintes esses fatos repetiram-se contabilizando, ao final desta expedição, um total de 430 selvagens, sendo 337 do Alto e 93 do Baixo São Lourenço⁷. Em 6 de outubro de 1886, Duarte deu como vitoriosa a sua empreitada e retornou a Cuiabá, onde foi recebido como responsável por promover, enfim, a “pacificação” dos indômitos Coroado.

Os Coroado “pacificados” foram encaminhados para duas colônias militares, Teresa Cristina, localizada no rio Prata, e Isabel, no Piquiri, ambos afluentes do rio São Lourenço, dando continuidade à estratégia governamental de reuni-los em áreas reduzidas, principalmente para exercer o controle militar sobre os pacificados. A utilização dos nomes das filhas de D. Pedro II para designar as colônias militares pode ser entendida como uma representação da presença do poder imperial sobre aqueles índios.

O nome da índia Rosa como responsável pela “pacificação” surge em 1895, em uma crônica de Maria do Carmo de Mello Rego, esposa de Francisco Rafael de Mello Rego, presidente da província que sucedeu a Galdino Pimentel.

Neste artigo, a cronista descreveu a participação de Rosa no contato com seu povo:

Rosa, radiante de felicidade, por ver terminado a cruel guerra de perseguição e extermínio feita aos seus, tornou a vestir as roupas que deixara e lá ficou prestando relevantíssimos serviços, na primeira trica das novas relações, e fora abençoada mensageira⁸.

A publicação do texto de Maria do Carmo na Revista Brasileira foi viabilizada pelo presidente Mello Rego, que também escreve um artigo nesta mesma revista, demonstrando que antes da crônica escrita por sua esposa não se havia dado ênfase à participação de Rosa no processo de “pacificação” dos Bororo, sendo totalmente esquecido o nome dessa índia em Mato Grosso no período pós-pacificação.

Podemos entender que a situação dos Bororo era de inferioridade frente às armas de fogo trazidas pelos colonizadores e que a presença de Rosa, inspirando-lhes confiança, evitou um conflito no qual seus irmãos seriam perdedores. Com isso, os Coroados aceitaram a paz imposta por Duarte.

A divulgação do resultado da expedição de 1886 na capital da Corte, por meio do artigo escrito por Maria do Carmo, principalmente no relato do desfecho do contato, quando simbolicamente o cacique *Moguiocuri* passa seu arco para o conquistador, sempre através da intermediação de Rosa, deu início à criação e divulgação de uma representação em torno dessa índia como personagem fundamental à pacificação dos Coroados.

No entanto, a pesquisa revelou alguns dados que nos permitem redimensionar a atuação de Rosa. Duarte se refere às expedições de 1886 em dois relatórios. Um deles, impresso, publicado na Revista da Sociedade de Geografia; o outro, enviado ao Presidente Galdino Pimentel, documento manuscrito, inédito, pesquisado no Arquivo Público de Mato Grosso.

Há alguns pontos, num e noutro documento, que nos pareceram importante ressaltar. No artigo publicado na Revista Sociedade de Geografia, Duarte registrou o sucesso das expedições, referindo-se a Rosa apenas na lista dos indígenas que estavam no acampamento Couto Magalhães para retornar ao São Lourenço.

Contudo, no relatório manuscrito que Duarte enviou ao presidente da província em 1886, dando conta do resultado da expedição “pacificadora”, o comandante registra um comportamento diferente do que foi posteriormente proclamado pela cronista Maria do Carmo: o papel

desempenhado pela índia Cibáe naquela expedição não foi de pacificadora. Muito ao contrário, ela teria incentivado o conflito entre colonizadores e índios. Assim escreveu Duarte:

A catequese que incentivei, produziu o mais brilhante resultado. Os selvagens vinham se apresentar diariamente e recebiam brindes. O índio Coqueiro é quem mais se esforçou, para a realização da catequese, andando por todos os aldeamentos e convencendo os índios de tal forma que vinham em turma, e encontraram com força minha, não corriam pelo contrário, chamavam os soldados e pediam que os levassem à presença do capitão, como me chamam. A índia Rosa, em vez de auxiliar-me, pelo contrário, procurava plantar a desarmonia entre os índios, que eu em ato contínuo destruí. Esta índia não convém regressar e nem merece consideração alguma⁹.

Vemos, pois, que longe de realizar feitos heróicos para a “pacificação”, Rosa, segundo o comandante das expedições, procurava “plantar a desarmonia”. A descrição que o alferes faz do comportamento de Rosa no manuscrito nos lembra Michel de Certeau, permitindo pensar a “reivenção” de atitude por parte da índia, ao contatar os Coroados do São Lourenço. De Certeau qualifica a reinvenção como uma tática de jogar no terreno do outro através de procedimentos astuciosos¹⁰.

Nesse contexto, Rosa passa ao imaginário mato-grossense como heroína e traidora, tal como Malinche, a índia sul-americana. Mas, usando as palavras de Maria do Carmo, qual terá sido o fim da boa Rosa?¹¹ Segundo a cronista, Rosa retornou para junto de seu povo, sendo também aldeada na Colônia Militar de Teresa Cristina. Há também o relatório de um dos integrantes da Comissão Rondon, Tenente Antonio Pyrineus, quando esteve entre os Bakairi, que registrou a circunstância em que encontrou Rosa Bororo: *mais tarde, em luta entre os índios Coroados e Bakairi, aliados dos civilizados que foram se estabelecer na barra do São Manoel, foi morto o pai de José Coroados. Desde então, Rosa e seu filho, ainda muito criança, ficaram na aldeia Bakairi*¹².

NOTAS

¹ Livro de Registro da Diretoria Geral dos Índios. APMT. 1848-1860.

² Relatório do Presidente da Província Barão de Maracajú. APMT. 1881:6.

³ Diretoria Geral dos Índios. Ofício nº 141. Documento avulso. 1887. APMT. Lata 1887-G. Grifos nossos.

⁴ Relatório de Antonio José Duarte ao Presidente da Província Joaquim Galdino Pimentel. 1886. APMT. Lata 1886-A .

⁵ CALDAS, José Augusto. *Memória Histórica sobre os Indígenas da Província de Mato Grosso*. 1887:27.

⁶ Relatório do alferes Antonio José Duarte, publicado na Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. 1887:52.

⁷ Op. cit. Relatório de Antonio José Duarte. 1887:52.

⁸ Revista Brasileira, Ano I, Tomo III, Laemmert & Editores, Rio de Janeiro – São Paulo, 1895.

⁹ Relatório do alferes Antonio José Duarte ao Presidente da Província Joaquim Galdino Pimentel. 1886.

¹⁰ DE CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 1996:94.

¹¹ Revista Brasileira, Ano I, Tomo III, Laemmert & Editores, Rio de Janeiro – São Paulo. 1895.

¹² SOUSA, Antonio Pyrineus. *Relatório da Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas* (1915 –1916). 1916:66-67.